

Sen.

Sarney: Governo garante o calendário eleitoral e repele a prorrogação

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, considerou "esdrúxula" a sugestão do vice-líder Afrísio Vieira Lima (PDS-BA) de prorrogar os mandatos dos deputados e governadores, e disse que não há a menor possibilidade de que a proposta venha a ser aceita pelo Governo ou pelo PDS.

— O calendário eleitoral fixado para 1982 é definitivo. No meu entender, uma prorrogação de mandatos seria inadmissível e incompatível com o processo democrático que se instalou e com a abertura política a que assistimos.

O deputado Djalma Maranhão (PDS-RN), por sua vez, classificou a proposta de Afrísio de antidemocrática e disse não acreditar que o Senado e a Câmara a aprovem.

O primeiro vice-presidente da Câmara, Homero Santos (PDS-MG), também acha que dificilmente os deputados endossariam a sugestão de Afrísio.

— De qualquer forma — acrescentou Homero Santos — é uma idéia que deve ser estudada como todas as demais porque vivemos em um processo de demo-

cracia em que todas as alternativas devem ser consideradas.

INDISPENSÁVEL

Na opinião de José Sarney, uma reforma eleitoral "é indispensável no momento em que se vive o processo de abertura democrática".

— Temos de adaptar a atual legislação à nova realidade política do País.

Para isso, formaremos, na próxima semana, um grupo de trabalho que se encarregará de elaborar o anteprojeto da futura lei eleitoral — afirmou o senador.

Depois de comentar que "a lei eleitoral vigente está muito defasada e fragmentada, inclusive com aspectos contraditórios que precisam ser eliminados", Sarney negou-se a admitir que o projeto aborde voto distrital, vinculação de votos e outros temas. Limitou-se a dizer que, "com o desenvolvimento dos trabalhos, é possível que esses pontos venham a ser tratados".

O presidente do PDS lembrou que a idéia da reforma eleitoral surgiu por ocasião da reforma partidária, mas o então ministro Petrônio Portela achou — e seu ponto de vista prevaleceu — que o assunto deveria ser tratado mais tarde. Sarney disse ainda que os trabalhos referentes à reforma deverão estar concluídos ainda em 81.

Amaral defende distrital por valorizar o interior

O presidente do PDS fluminense, senador Amaral Peixoto, ao comentar ontem a eventual adoção do voto distrital, apontou-o como instrumento capaz de "salvar as regiões de pequena densidade demográfica e atribuir representação ao homem do interior".

Ele admitiu, no entanto, que "o distrital puro e simples não traria uma boa representação e poderia favorecer os mais poderosos". Defendeu, por isso a adoção do sistema misto, "para evitar que as grandes cidades fiquem sempre com a maior representação".

Quanto ao voto vinculado, ele encamparia a medida caso fosse dividida em dois setores, de vereador a prefeito e de deputado a governador. E finalizou afirmando que "o PDS do Rio não receia a sublegenda para governador, pois tem candidatos a apresentar".

HORA DAS URNAS

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDS-SP) apoiou ontem, em Porto Alegre, o pronunciamento do vice-presidente Aureliano Chaves contra o casuísmo político, alegando que, "se forem modificadas as regras do jogo eleitoral para beneficiar a este ou aquele, estará sendo

marcada a intenção verdadeira do Governo".

— O povo pode escolher mal, mas é ele quem escolhe. E hora de as urnas falarem — acrescentou.

No Recife, o líder do PP na Câmara, Thales Ramalho, respondendo ao ministro Abi-Ackel, disse que a nova emenda Anísio de Souza, "como a que falcetrou as eleições municipais de 1980", não é fantasia.

— Só se o ministro da Justiça acha que Anísio de Souza não é uma pessoa concreta. Para nós, da Oposição, o deputado é pessoa concretíssima.

INSTRUMENTO

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), vice-líder na Câmara, classificou Anísio de Souza de "Instrumento do Governo para chantagear o Congresso, visando a negociar o voto distrital".

O ex-governador Rafael de Almeida Magalhães, vice-presidente do PMDB-RJ, disse ontem, no Rio, que a palavra do ministro Abi-Ackel "seria tranquilizadora, caso a Oposição tivesse a certeza de que sua voz se faz ouvir no Palácio do Planalto".